

# Os Dilemas dos Movimentos Sociais em Relação ao seu Papel Político-educativo e ao Legado dos Governos Petistas

*Cicero de Aquino Costa Simões (\*)*

## **Introdução**

Os movimentos sociais estão presentes na história do capitalismo antes mesmo de seu advento, sendo praticamente impossível precisar quando propriamente surgiu. Contudo, podemos afirmar que à medida que o capitalismo se expandia esse fenômeno igualmente cresceu. A famosa frase de Marx e Engels, “trabalhadores de todo o mundo, uni-vos” (MARX & ENGELS, 1989) demonstra a presença de movimentos de insatisfação com a nova ordem política e econômica que emergiu na Europa suplantando o feudalismo e que, para os autores, seriam a força capaz de superar o sistema que recentemente nascera, assim, pode-se dizer que o movimento social é uma forma de organização construída socialmente no tempo e no espaço e vem se desenvolvendo ao longo dos séculos.

Diversas ciências tem se dedicado ao estudo dessa temática e vêm buscando compreender a forma que estes movimentos diversos se organizam, deliberam e atuam. No que tange aos campos científicos, sociólogos, historiadores e cientistas políticos se dedicam a estudá-los há muito mais tempo que geógrafos (Fernandes, 2000), de modo que este tema é de certa forma recente no campo de investigação geográfica, não querendo dizer que não existam contribuições importantes desta ciência para a compreensão do tema.

A abordagem dos estudos iniciais sobre os movimentos sociais sempre possuiu uma abordagem crítica, tributária do campo de análise marxista, de modo que termos como classe, luta de classes, proletariado, estiveram muito presentes nos estudos sobre os movimentos sociais produzidos por estudiosos dos campos científicos que foram a vanguarda desses estudos, entretanto, com a crise do movimento comunista pelo mundo, termos clássicos da abordagem marxiana foram sendo substituídos. Alguns autores seguiram essa seara e buscaram se afastar dessas conceituações, contudo outros permaneceram utilizando-os ou reconstruindo-os, sem com isso perder o corte classista da análise da sociedade, podemos citar neste caso, respectivamente os autores Melucci e Touraine.

---

(\*) Professor da Rede Municipal de Ensino do Rio de Janeiro. Mestre em Geografia pelo Programa de Pós-graduação em Geografia pela Faculdade de Formação de Professores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (PPGG-FFP-UERJ).

O primeiro autor, o italiano Alberto Melucci, produz abordagens sobre os movimentos sociais que buscam superar as antigas formas de análise, onde a necessidade de uma organização política era um fator fundamental, de forma que afirma:

Nos dois lados do Atlântico, o interesse atual na abordagem da mobilização de recursos e nas teorias de troca política (Pizzorno, 1977 e 1978) parece indicar um afastamento dos paradigmas anteriores baseados nos interesses de classe ou nos valores partilhados, que foram preponderantes até agora. Reflete também o clima cultural mutante; o problema de administrar a incerteza em sistemas complexos dá um papel central às dimensões políticas de ação. Mas este ponto de vista exagera a função da política, exatamente num momento em que os movimentos estão se deslocando para um terreno não-político. Embora a relação entre sistemas políticos e movimentos sociais seja uma perspectiva analítica que é difícil de evitar em sociedades complexas, é uma perspectiva limitada. Os conflitos sociais contemporâneos não são apenas políticos, pois eles afetam o sistema como um todo. A ação coletiva não é realizada apenas a fim de trocar bens num mercado político e nem todo objetivo pode ser calculado. Os movimentos também tem uma orientação antagônica, que surge de e altera a lógica das sociedades complexas (Melucci, 1989: 54).

Parece que este autor é influenciado pela crise do movimento comunista italiano e do modelo estruturalista althusseriano, entretanto, ainda que naquele momento pudesse parecer o correto se afastar da tendência que enxergava a esfera política como centralizadora e catalisadora das reivindicações sociais, alguns autores, como (HARVEY, 1989) demonstraram o quanto um abordagem com viés mais pós-moderno pode ser perigosa e produzir efeitos que dificultem ainda mais a luta dos movimentos sociais se não forem feitas as mediações necessárias.

Diferente de Melucci, o francês Alain Touraine procura fazer um caminho oposto, pois se por um lado reconhece que nem todo movimento social possui um caráter de classe, pois, afirma “(...) os *movimentos estudantis revelam, estou convencido disto, os conflitos sociais de uma sociedade pós-industrial, mas ninguém defende a idéia de que os estudantes são uma classe social* (...)” (TOURAINÉ, 1977: 346) por outro, não nega esse caráter, porque para o autor “um movimento social não pode ser analisado fora do campo de historicidade na qual ele se forma. Pode-se dizer, em geral, que ele opõe classes ou forças sociais que são, em última análise, forças de classe para o controle de um sistema de ação histórica”<sup>1</sup> (idem, p. 347), o autor que também sente a crise que citamos acima, busca, contudo, reconstruir os postulados críticos e não abandoná-los, porque reconhece, por exemplo, que:

(...) procurando no passado pré-industrial o equivalente do movimento operário, corre-se o risco de não se reconhecer os movimentos sociais característicos das sociedades pré-industriais, dos quais nem os atores, nem os objetivos, nem as formas de ação são iguais aos do movimento operário. Da mesma maneira a referência ao movimento operário pode impedir a compreensão dos movimentos sociais que se formam nas sociedades pós-industriais e que colocam em causa a

---

<sup>1</sup> Grifo nosso.

sociedade de consumo em nome das mais diversas formas de autogestão cultural (idem: 348).

As diferentes abordagens dos autores citados nas linhas anteriores demonstram um debate ocorrido no interior da Sociologia, em um momento de crise das ciências sociais. Ao mesmo tempo, tais discussões representam tentativas, dentro desse campo de encontrar alternativas a essa crise no que tange ao entendimento da ação dos organizações sociais.

No Brasil, umas das contribuições na análise dos movimentos sociais é do historiador Eder Sader. Analisando os movimentos dos trabalhadores de São Paulo no fim da década de 1970, onde, segundo ele, observa nascer no Brasil uma “nova configuração de classes” (SADER, 1988: 36) e a exemplo de Touraine, o autor mantém a análise dos movimentos sociais a partir de uma visão classista da sociedade, contudo, também busca ultrapassar os limites que uma abordagem simplista pode provocar, de forma que através do conceito de “sujeito coletivo” procura compreender o movimento que nasce no Brasil, o autor explica:

Quando uso a noção de sujeito coletivo é no sentido de uma coletividade onde se elabora uma identidade e organizam práticas através das quais seus membros pretendem defender seus interesses e expressar suas vontades, constituindo-se nessas lutas (idem: 55).

A noção de sujeito coletivo busca dar conta de entender os muitos movimentos sociais que vão surgindo no Brasil, os trabalhadores de São Paulo são a expressão maior destes, esses movimentos serão o cimento que levará ao nascimento de algumas instituições importantes para os trabalhadores, como o PT e a CUT, entre outros, que ainda que possam na atualidade trilhar sendas que destoam de seu passado, surgiram justamente de um movimento generalizado que entendia que as instituições do Estado não davam conta de atender os reclames dos mais desfavorecidos.

Tendo o estudo dos movimentos sociais adquirido relevância social, acadêmica e também espacial, uma vez que, surgem movimentos com bandeiras diversas e passam a ter atuação em escalas também diversas, a Geografia passa a lançar seu o olhar sobre esse tema, e põe a serviço dessas organizações sociais seu ferramental teórico e conceitual para suprir os movimentos em suas ações ou para fazer análise dos mesmos.

Para a Geografia, uma preocupação inicial é a utilização do conceito para se estudar os movimentos sociais. As escolhas variam conforme as características e especificidades de cada movimento que se estuda, Oslender (2002) na busca de apreender a ação dos movimentos de resistência da população negra do Pacífico-colombiano, utiliza o conceito de lugar. Para ele o lugar é a constituição de três elementos, a saber: localidade, localização e sentido de lugar, o autor utiliza este conceito porque no lugar, segundo ele, levando em consideração seus elementos constitutivos

em conjunto, é possível perceber a subjetividade e as formas individuais e coletivas de percepção da vida social (idem). Outros autores como Souza (2009) utilizam o conceito de território, no caso deste autor o território é a categoria que melhor demonstra o “valor” revolucionário dos movimentos sociais, pois, o território, na concepção de Souza:

Permite identificar as armadilhas empíricas e teórico-conceituais que o capitalismo impõe. Seus quatro elementos, as relações de poder, as normas organizativas, os símbolos e a identidade subjetiva são capazes de permitir a compreensão de suas articulações e cartografias (idem: 126).

Todavia, existem autores que não utilizam os conceitos geográficos para entender os movimentos sociais, os movimentos sociais são o próprio conceito. Fernandes (2000) em seu estudo sobre o MST produziu uma distinção entre os movimentos sociais, de modo que utiliza categorias diferentes para essa compreensão, a saber: movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais. O primeiro se caracteriza por possuir o espaço ou o território como trunfo, ao passo que o segundo são aqueles movimentos que não concebem, nem espaço, nem território como trunfo.

Essas duas categorias criadas pelo autor buscam dar conta do entendimento da forma como certos movimentos sociais se apropriam do espaço. Para os movimentos definidos como socioterritoriais, a luta pela terra não se encerra com a conquista da mesma, portanto, a conceituação sugere que estes estão em um estágio diferente de consciência se comparados com os movimentos socioespaciais, que possuem o horizonte da luta limitado à conquista de suas necessidades imediatas, porém, o autor compreende que movimentos socioespaciais de hoje, no futuro possam vir a se tornar socioterritoriais (ibidem).

Outro autor que se notabiliza por contribuir com a construção de categorias que auxiliem na compreensão, auxílio e ação dos movimentos sociais é Renato Emerson dos Santos, em seu estudo “Sobre a(s) espacialidade(s) da ação social” (2011) em que se debruçou sobre a temática dos pré-vestibulares para negros e carentes. Este autor, de certa forma, extrapolou seu objeto de análise, isto é, os pré-vestibulares, e fez importantes ponderações sobre a forma de organização das diversas manifestações que os movimentos sociais podem adquirir.

Mesmo alertando que o objetivo não era o de esgotar a questão, mas sim inspirar outras elucubrações sobre a temática, o autor concebe oito categorias de análise que se apresentam bem abrangentes e incorporam, se não todas, boa parte das manifestações adquiridas pelos movimentos, a saber:

- a) materialização/manifestação;
- b) recortes espaciais e as construções identitárias;
- c) território e territorialidade.

Essas primeiras categorias buscam abarcar os movimentos que se organizam a partir da relação direta com o espaço propriamente dito, onde se cunham relações/interações dessas organizações com o recorte espacial, o local de manifestação ou com as territorialidades que produzem ou territórios que disputam.

As próximas categorias, concebidas pelo autor, baseiam-se em questões mais subjetivas, porém sempre a partir do espaço, que impactam na escala da ação desses movimentos e possuem forte rebatimento espacial, ainda que a definição destas categorias não tragam de forma flagrante a questão espacial em suas alcunhas, Tratam-se das:

- d) ação e temário e agendas;
- e) ação e interlocutores;
- f) ação e desdobramentos, impactos, efeitos, causa, origem;
- g) esferas institucionais movimento como distintas dimensões espaço-temporais; e
- h) sujeitos.

O estudo de Santos representa um trabalho importante que se insere nesse esforço de inserção do olhar geográfico sobre os movimentos sociais, sobretudo por partir da premissa do espaço como centro fundamental da análise destes movimentos, conforme ele próprio explicita:

Propomos, portanto, pensar sobre o espaço e pensar a partir do espaço: ao falar das grafagens do espaço engendradas pelos movimentos sociais, estamos lançando nosso olhar para as estruturas do espaço, estamos pensando sobre o espaço; quando lançamos mão do olhar para as estruturas, os padrões de organização do espaço, para a partir dele observarmos os jogos de poder que ele reflete, que nele se conformam o estruturando - utilizando e tensionando o arcabouço conceitual da análise espacial - estamos pensando a partir do espaço. Este duplo olhar significa pensar o espaço enquanto estrutura e pensar o espaço enquanto experiência: a organização do espaço é não apenas reflexo (estrutura estruturada), mas instrumento e objeto de (disputas de) poder (sendo então, também uma estrutura estruturante), e é vivenciada por indivíduos, que têm, portanto, diferentes experiências de espaço. As experiências sociais são experiências espaciais. As experiências de poder são experiências espaciais. As experiências do fazer político são experiências espaciais. (SANTOS, 2011: 332)

Nestas breves linhas buscamos demonstrar, apesar da limitação, que o estudo sobre os movimentos sociais, iniciado primeiramente pelos sociólogos, cientistas políticos, historiadores entre outros, possui na Geografia um lugar reservado de análise, tanto que vem fazendo um esforço em dar sua contribuição à compreensão destes movimentos, seja no Brasil, seja em outros países. Ainda que a Geografia tenha tardiamente voltado sua atenção para o estudo dos movimentos sociais, é cada vez mais frequente o uso de termos e conceitos geográficos por não geógrafos na abordagem desses movimentos, desse modo, urge um esforço em acelerar ou aprofundar mais a interdisciplinaridade entre a Geografia e as ciências sociais, ainda que o receio destas ciências para

com a Geografia seja compreensível, (PORTO-GONÇALVES, 2006), é necessário fazer esta aproximação, já que os movimentos sociais se dão sobre o espaço e desta a forma a Geografia tem importante contribuição a dar nos estudos sobre estas organizações, entretanto, para além das questões conceituais, estes movimentos possuem desafios concretos que precisam ser enfrentados, sobretudo na atual conjuntura, entendemos que pensar esses desafios se faz oportuno, pois a ação de um movimento social não se encerra em si, ela reverbera para além de sua zona de influencia pungindo em outros setores suas práticas, assim, os movimentos sociais possuem importante papel pedagógico junto ao povo, pois educa através da luta, conforme ensinou Paulo Freire (FREIRE: 1996) e indica formas de conquista/manutenção de direitos para além do caminho institucional. Organizações que possuem tal responsabilidade não podem correr o risco de atuarem a reboque de interesses externos a seus objetivos e desafios, assim voltaremos a partir de agora a nossa atenção a estas questões. O leitor notará, ao logo das próximas linhas, uma ênfase na análise dos problemas enfrentados pelos movimentos sociais urbanos que lutam por habitação, isso se dá pelo fato do autor ter estudado esse tema para a conclusão de dissertação, recentemente defendida no Programa de Pós Graduação em Geografia na Universidade do Estado do Rio de Janeiro. (PPGG – FFP – UERJ).

### **Desafios para os movimentos sociais frente ao legado petista**

Os movimentos sociais são mais que um fato, em alguns casos constituem a única fronteira contestatória em muitos locais do Brasil e do mundo, fazendo oposição a governos e projetos privados, de modo, que sua importância política não pode ser negada ou negligenciada. Como alguns movimentos são portadores de larga capacidade de pressão/mobilização muitos governos, latino-americanos inclusive, passaram a atuar não para atenderem às demandas destes movimentos, mas buscando formas de limitarem sua atuação.

Assim, após uma onda neoliberal que varreu toda a América Latina durante a década de 1990, promovendo todo tipo de ação desreguladora e de limitação da participação estatal no que tange a serviços à ampla população, diversos movimentos sociais surgiram e produziram lideranças que mais tarde ou viraram presidentes de seus países ou tiveram atuação relevante na conquista do executivo nacional de diversas nações. É o caso de Brasil, Venezuela, Equador, Argentina, Bolívia. El Salvador etc.

Contudo, estudiosos tem apontado que a chegada ao poder dessas personalidades não produziu, de forma generalizada, as mudanças esperadas pela população de alguns desses países, assim, o fenômeno latino-americano de chegada ao poder de forças políticas que possuem (ou possuíam) o horizonte socialista como meta e foram cunhados nas lutas contra a ordem vigente, tem

tido chamado por Raúl Zibechi de “progressismo”, para o autor, nos países, incluindo o Brasil, marcados pelo progressismo ocorre:

Uma nova aliança entre o capital e os administradores do Estado, baseada em um pacto claro e transparente. O capital se compromete a investir e a respeitar certas regras do jogo. O Estado progressista oferece regras de jogo claras que excluem as expropriações e nacionalizações, e assegura a contenção do conflito social (ZIBECHI, 2011: 54).<sup>2</sup>

Em nossa opinião, o movimento que o autor uruguaio descreve é o mesmo que aqui chamou-se de democracia de cooptação (FERNANDES, 1975), ainda que esta expressão possa não dar conta do entendimento desse processo, e a nosso ver pode levar a uma interpretação meramente moralista do que ocorreu, o autor trás importantes contribuições para que se entenda como esse fenômeno provoca o arrefecimento/apassivamento dos movimentos sociais. Para efeito de exemplificação faremos um rápido panorama dos retrocessos e dificuldades que a luta por habitação precisou enfrentar dentro do marco temporal do petismo iniciado após 2002 e seguiu até sua retirada do executivo nacional mediante um golpe parlamentar-jurídico-midiático ocorrido em 2016 que levou o PMDB, legenda que foi vice da chapa vencedora do pleito eleitoral de 2014, na figura do ilegítimo Michel Temer à presidência da república.

O PT em seu programa de governo de 1989, possuía como bandeira a realização de mudanças importantes nas formas de uso e apropriação do solo, que até aquele momento permanecia nas mãos dos especuladores imobiliários associados a uma produção habitacional pelo Banco Nacional de Habitação (BNH) que não priorizava a construção de moradias para os estratos mais carentes da população, para que esse quadro se alterasse o partido elaborou algumas medidas que tomaria caso chegasse à presidência, as elencou em cinco pontos, levando em consideração somente os que tratam diretamente da questão habitacional, de forma bem resumidas cada uma delas buscavam:

- 1) reforma urbana, tendo a terra como princípio geral;
- 2) adoção de iniciativas contra a especulação e a definição de uma nova política de investimentos públicos, acabando com a tutela do capital privado sobre o Estado;
- 3) adotar na política habitacional recursos orçamentários a fundo perdido para libertar-se da lógica bancária, onde o setor privado deve participar como prestador de serviços e não como formulador ou empreendedor, e os segmentos parasitários do sistema atual devem ser simplesmente eliminados;

---

<sup>2</sup> Tradução livre feita pelo autor

- 4) ênfase à recuperação de moradias, à regularização da propriedade e urbanização de áreas ocupadas por comunidades à oferta de lotes urbanizados e a diversas formas de apoio à autoconstrução, à participação popular e estímulo à criação de cooperativas e outras formas de associação voluntária, afim de que os usuários tenham ampla liberdade de decidir sobre as melhores formas de construção;
- 5) garantir aos moradores das favelas, acesso à propriedade da terra, a participação e a alocação de recursos públicos em quantidade suficiente.

Cada uma das medidas elencadas acima, caso tivessem sido realizadas, promoveriam uma nova configuração espacial, como a vitória eleitoral não veio naquele pleito, diversos movimentos, estudiosos da área, técnicos entre outros se uniram aos esforços para que o programa fosse aplicado, de modo que para isso era necessário a conquista do executivo nacional.

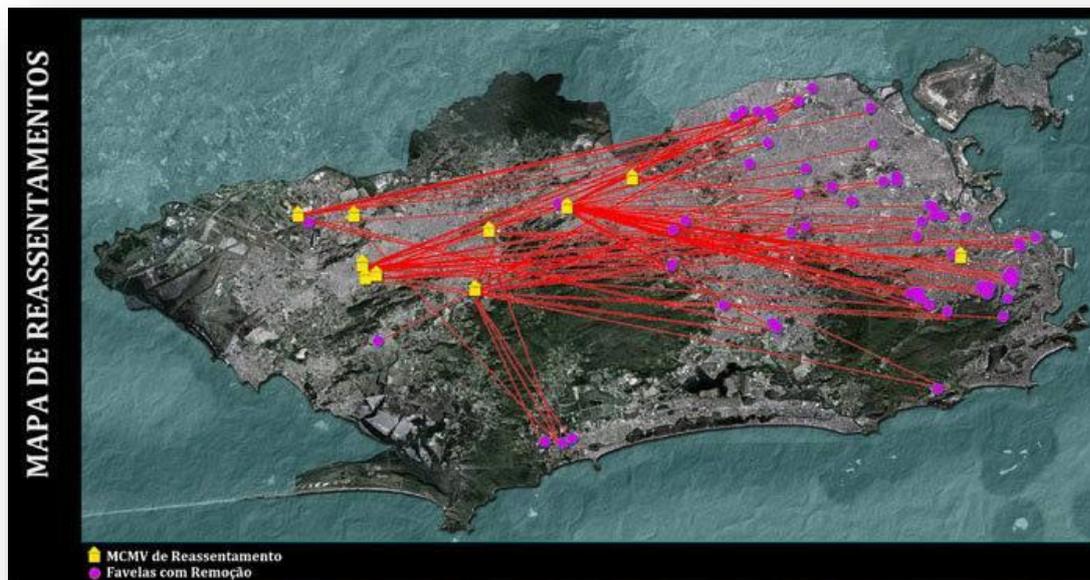
Entretanto, a chegada do partido á presidência do país após a vitória das eleições de 2002 resultou, em 2009, segundo mandato do presidente Lula, na materialização de um programa bem diferente daquele desenhado e construído junto com os atores acima elencados, o Programa Minha Casa Minha Vida (MCMV) que passou longe do acúmulo que organizações populares e técnicos ligados ao tema apontava. O Programa foi todo concebido sem a participação desses setores e longe do inovador ministério da Cidades criado no primeiro mandato do partido. Assim, na ânsia de superar a crise que surgiu no ano de 2008, o governo dos trabalhadores se sentou junto ao empresariado da construção civil e projetou um programa que apesar de seu apelo habitacional, possuía caráter anticíclico e era extremamente vantajoso ao setor parceiro na concepção do programa.

O movimento popular organizado precisou encampar luta para que, na prevista construção de 1 milhão de moradias no lançamento do programa, parte desse vultoso orçamento fosse destinado a estas organizações e assim pudessem construir suas habitações sob o regime de autogestão ou empreitada global.

O MCMV seguiu, juntamente com o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), auxiliando a passar pela crise dando ao palácio do planalto a sensação de “marola”, prevendo a produção de 3 milhões de moradias nas fases 1 e 2 do programa, contudo, no que diz respeito a produção habitacional voltada para a diminuição do déficit habitacional esse avanço não foi tão expressivo. Dados da Fundação João Pinheiro (FJP, 2017) apontam que o déficit habitacional permanece elevado junto às famílias que recebem entre 0-3 salários mínimos.

Além disso, tanto o PAC quanto o MCMV atuaram nas cidades que foram contempladas como sedes dos grandes eventos internacionais como a copa do mundo e olimpíadas, como financiadores de um violento processo de remoção. Na cidade do Rio de Janeiro esse processo resultou na retirada de comunidades inteiras reassentadas nos locais mais distantes da cidade conforme consta no mapa abaixo.

Mapa 1



Fonte: Fauhauber, 2012.

Os empreendimentos do MCMV, destinados às famílias mais pobres foram em sua totalidade alocados na zona oeste da cidade, leia-se: Santa Cruz, Paciência, Guaratiba, Campo Grande, Cosmos e Sepetiba, locais historicamente marcados por uma baixa infraestrutura urbana (ABREU, 2011) e as famílias destinadas a estas moradias foram removidas de áreas centrais, uma explícita tentativa de não permitir que estas pessoas tenham direito á cidade, para Lefebvre isso constitui algo grave, afinal excluir do urbano grupos, classes, indivíduos, implica também excluí-los da civilização, até mesmo da sociedade. (Lefebvre, 2008: 22)

Não obstante a tais ações, ao longo de seu período no poder o Partido dos Trabalhadores atuou fortemente no arrefecimento dos movimentos sindical e popular (IASI, 2006), mas ainda assim conseguiu se eleger seguidamente por quatro vezes. Esse fato pode ser explicado de um lado pela expectativa do eleitorado de que o governo dos trabalhadores atuaria cedo ou tarde a seu favor, de maneira plena, e por outro pelo temor de que uma derrota do PT poderia significar a “volta” da direita o que fatalmente implicaria em retrocessos gigantes para o conjunto da população, sobretudo aquela mais empobrecida. Todavia, durante os mandatos petistas foram executadas algumas ações que poderiam ser atribuídas à direita, podemos elencar entre algumas as seguintes:

Reforma da previdência;  
Lei antiterror;  
Venda do pré-sal;  
Abandono da reforma agrária;  
Liberação de transgênicos;  
Código florestal e de mineração menos rígidos.<sup>3</sup>

Mas parece que mesmo agindo de uma maneira dúbia, os movimentos permaneceram, apesar de muitas críticas e protestos, de alguma forma apoiando o governo, mesmo após a vitória da eleição de 2014, quando a presidente Dilma Rousseff, praticamente veio a aplicar o programa de seu adversário, Aécio Neves, chamando para ocupar ministérios no novo governo nomes de proa do mercado financeiro e do agronegócio além de permanecer com alianças junto a partidos fisiológicos, tendo inclusive o PMDB na vice presidência.

Marcado por forte ajuste fiscal, o novo governo reeleito, para readquirir a confiança do dito “mercado” e dar respostas a crise, que se antes não passava de uma “marolinha” agora demonstrava sua força, precisou sacar e aplicar novos recursos da “direita”, assim as medidas provisórias 664 e 665 foram propostas pelo governo e aprovadas no congresso. Tais MPs na prática restringiram o acesso dos trabalhadores a direitos ligados a perda do emprego, de modo que agora para terem acesso ao seguro precisavam trabalhar mais, além da diminuição dos valores recebidos e das parcelas de abonos.

Naquilo que diz respeito diretamente aos movimentos de habitação, umas das primeiras medidas do ajuste fiscal petista foi, além de adiar o lançamento da fase 3 do programa MCMV e suas vertentes, contingenciar justamente os recursos voltados para a habitação popular, para atender ao ajuste fiscal que estava em curso<sup>4</sup>.

À medida que o governo avançava na aplicação do receituário que afirmava rejeitar, foi sofrendo pressões do eleitorado que sentiu-se traído, bem como por um lado, dos movimentos sociais que atuaram na eleição desse governo e por outro da classe dominante, que exigia a aplicação do ajuste de forma mais célere e efetiva. Como não conseguia atender as demandas da

---

<sup>3</sup> 10/03/2016 - A crise do PT: o ponto de chegada da metamorfose:  
<https://blogdaboitempo.com.br/2016/03/10/a-crise-do-pt-o-ponto-de-chegada-da-metamorfose/>

<sup>4</sup> 21/07/2016 - Governo adia lançamento de novas regras do Minha Casa, Minha Vida:  
<http://g1.globo.com/bom-dia-brasil/noticia/2015/07/governo-adia-lancamento-de-novas-regras-minha-casa-minha-vida.html>

avenida Paulista com a rapidez exigida, o governo foi sendo deixado de lado pela grande burguesia que efetivou sua retirada do poder através do impedimento da presidenta Dilma Rousseff.

A retirada mediante golpe da presidente eleita levou ao poder seu vice, Michel Temer, uma vez na condição de chefe do executivo nacional, o ilegítimo presidente, deu continuidade às medidas iniciadas pela presidente deposta e desde então vem avançando sobre direitos da população e venda do patrimônio nacional, desde que se encontra no palácio do planalto como chefe do executivo Temer já efetivou as seguintes medidas:

PEC 55, desobriga o governo a fazer investimentos em saúde, educação e infraestrutura por 20 anos;

Liberação de terceirização para atividades fins;

Reforma trabalhista;

Retirada da Petrobrás como operadora do pré-sal;

Reforma do ensino médio e construção de uma Base Curricular Comum para o ensino fundamental.

Além destas já efetivadas, o governo golpista busca a aprovação da reforma da previdência, a venda da Eletrobrás e da Petrobrás, além de atuar fortemente na venda do patrimônio dos estados da federação como condição para refinanciamento das suas dívidas.

A produção de habitação popular não passou sem ataques, a fase 3 do MCMV praticamente se encontra estagnada e os movimentos de luta por habitação enfrentam grandes limitações para acessarem recursos federais.

## **Conclusão**

O presente artigo procurou demonstrar que a geografia vem, já a algum tempo, se aproximando do estudo sobre os movimentos sociais e o faz na busca de entender o funcionamento destes, mas também contribuindo com suas ações, seja no constructo teórico necessário para a compreensão da realidade, seja no prático diante das demandas cotidianas dessas organizações.

Mas a aproximação de uma ciência junto a organizações populares não significa que esta saiba ou deva de apontar caminhos a serem trilhados. Estas ações cabem somente às próprias organizações, de modo que não se espera com esse artigo definir que caminhos os movimentos sociais de luta por habitação devem seguir, somente busca apresentar as condições atuais na conjuntura política brasileira, condições que impelem os movimentos em geral, e aos de luta por habitação em específico, a tomarem decisões frente aos desafios que esta conjuntura apresenta.

Avaliamos que as reflexões que os movimentos sociais de habitação farão diante desse torvelinho que todos vivenciamos precisarão levar em conta algumas questões fundamentais para a

luta por habitação e conseqüentemente para luta pelo direito a cidade. Entre estas questões entendemos que a principal delas se encontra na relação destas organizações com o Partido dos Trabalhadores, sobretudo neste momento onde se avista mais um pleito eleitoral.

De nossa parte entendemos que para a luta travada pelos movimentos sociais em geral, necessário se faz a constituição de uma agenda de luta não atrelada aos interesses partidários, como o surgimento dessas organizações em muito se confunde com o natalício do PT ou logo após o surgimento deste, entende-se o quanto isto se apresenta difícil. Todavia, muito dos dilemas que se apresentam aos movimentos sociais na atualidade são conseqüências desta ausência de “independência”.

Ainda assim o rumo que a lutas no Brasil terão não depende das ciências que se ligam a estas organizações sociais, mas dos próprios militantes que as constroem. Isto, porém, não que dizer que geógrafos e outros cientistas sociais comprometidos com a luta do povo obreiro não possam contribuir nesse processo decisório, não propriamente decidindo, mas subsidiando, inclusive com críticas, estes movimentos, sobretudo devido o caráter educativo que possuem e sobre qual podem tergiversar se não usarem as lentes mais adequadas para a leitura da realidade brasileira.

## Referências

- FAULHABER, Lucas. *Rio maravilha: práticas, projetos políticos e intervenção no território no início do século XXI*. (monografia) Niterói, UFF, 2012, p. 111 disponível em: [http://issuu.com/lucas.faulhaber/docs/tfg\\_lucasfaulhaber](http://issuu.com/lucas.faulhaber/docs/tfg_lucasfaulhaber)
- FERNANDES, Bernardo Mançano, *Movimento social como categoria geográfica*. In: Terra Livre, Nº 15. São Paulo, Associação dos Geógrafos Brasileiros, 2000.
- FERNANDES, Florestan. *A revolução burguesa no Brasil*. 2ª Edição, Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1976.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- LEFEBVRE, Henry. *Espaço e Política*. Barcelona. Ediciones Península, 1976.
- MARX, K. e ENGELS, F. *Manifesto do Partido Comunista*. Petrópolis: Vozes, 1989.
- MELUCCI, Alberto. Um objetivo para os movimentos sociais? Lua Nova, São Paulo, n.17, p.49-65, jun. 1989.
- OSLENDER, Ulrich. *Espacio, lugar y movimientos sociales: hacia una “espacialidad de residencia”* Scripta Nova. Revista Eletrônica de geografia y ciencias sociales. Universidad de Barcelona, Vol VI, num. 115, 1 de junio de 2002, <http://www.ub.es/geocrit/Sn/Sn-115.htm> [ISSN: 1138-9788]
- PARTIDOS DOS TRABALHADORES. Programas de governo de 1989. Disponível em <<http://www.fpabramo.org.br/o-quefazemos/memoria-e-historia/documentos-historicos/programas-de-governo-pt>>

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. *A geograficidade do social: uma contribuição para o debate metodológico para os estudos de conflitos e movimentos sociais na América Latina*. In: SEONE, José. *Movimientos sociales y conflicto em América Latina*. Buenos Aires: CLACSO, 2004

SADER, Eder. *Quando novos personagens entram em cena*. São Paulo: Paz e Terra, 1988.

SOUZA, José Gilberto de. *Limites do Território*. AGRÁRIA, São Paulo, nºs 10/11, PP. 99-130, 2009

TOURAINÉ, Alain. *Os movimentos sociais*. In: FORACCHI, Marialice. & MARTINS, José de Souza (Orgs.). *Sociologia e Sociedade (Leituras de introdução à Sociologia)*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos Científicos, 1977.

ZIBECHI, Raúl. *Política y miséria*. Baladre/Zambra, 2011.

**Resumo:** O presente artigo tem por objetivo fazer um panorama da inserção da Geografia na temática dos movimentos sociais e dos desafios que essas organizações possuem na atual conjuntura. Esta marcada por um golpe parlamentar-jurídico-midiático que depôs uma presidente eleita após treze anos de governos de seu partido, o PT. Sendo possuidoras de uma atuação sobre a realidade com forte potencial educativo no que tange à luta por direitos, a forma de luta que estas organizações populares definirão para esse período, por certo afetará, para bem ou para o mal, igualmente a forma como a população atuará frente aos seus próprios dilemas nesta conjuntura de perda de direitos.

**Palavras-chave:** Geografia; Movimentos Sociais; Educação Cidadã.

**Resumen:** El presente artículo tiene por objetivo hacer un panorama de la inserción de la Geografía en la temática de los movimientos sociales y de los desafíos que estas organizaciones poseen en la actual coyuntura. Esta marcada por un golpe parlamentario-jurídico-mediático que depuso a una presidenta electa tras trece años de gobiernos de su partido, el PT. Siendo poseedoras de una actuación sobre la realidad con fuerte potencial educativo en lo que se refiere a la lucha por derechos, la forma de lucha que estas organizaciones populares definen para ese período, por cierto afectará, para bien o para el mal, también la forma como la población actuará frente a sus propios dilemas en esta coyuntura de pérdida de derechos.

**Palabras clave:** Geografía; Movimientos Sociales; Educación Ciudadana.

**Recebido em:** 25/03/2018.

**Aceito em:** 05/05/2018.